



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETROCONVULSOTERAPIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS JUDICIAIS E DEMAIS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS I E II.

01 – DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 - Prestação de Serviços – Eletroconvulsoterapia.

a- especificação do produto/serviço:

De acordo com a Requisição de Registro de Preços nº08/2025

b- locais de entrega e regras para recebimentos:

- b.1. As solicitações dos serviços serão efetuadas parceladamente e sem quantidades mínimas, sendo realizadas conforme necessidade para atender os interesses da Administração.
- b.2. A prestação de serviço deverá ser iniciada, a expensas da vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço enviada pela Secretária Municipal de Saúde através de e-mail.
- b.3. As licitantes vencedoras deverão observar com rigor a qualidade inquestionável de seus serviços, em todas suas características.
- b.4. Caso haja necessidade de substituição dos profissionais responsáveis pela prestação dos serviços solicitados por motivos de não cumprimento da excelência dos serviços a serem contratados e não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita a aplicação das sanções penais previstas em edital.
- b.5. Caberá à Secretaria de Saúde atestarem o recebimento do serviço, não se eximindo a contratada de ser chamada para substituir, à sua custa, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifique irregularidade.

c- especificação da garantia exigida:

- c.1. A empresa deverá manter durante a vigência da Ata pessoal técnico especializado, para a execução dos serviços descritos e a indicação dos responsáveis técnicos pelos serviços a serem prestados, devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Classe.
- c.2. Manter pessoal em número suficiente, de forma a cumprir as obrigações assumidas.



- c.3. Os profissionais envolvidos durante a execução dos serviços deverão estar comprovadamente inscritos no Conselho Regional de Classe responsável;
- c.4. Quaisquer modificações ou providências necessárias à adequação dos serviços, a suprir falhas ou omissões, deverão ser solicitadas por escrito, à CONTRATANTE.
- c.5. Cumprir o cronograma para realização das sessões, contendo dias e horários estipulados entre os pacientes e a contratada.
- c.6. Responsabilizar-se pelo controle qualitativo e quantitativo dos procedimentos realizados.
- c.7. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus ao CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados.
- c.8. Planejar, organizar, supervisionar e controlar o serviço e o pessoal, do ponto de vista técnico, operacional e administrativo.
- c.9. Prestar os serviços de acordo com os parâmetros e rotinas estabelecidas, com a observância às recomendações aceitas pela técnica e pela legislação.
- c.10. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

02 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 – Considerando os serviços de saúde que compõem o rol garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade do ser humano, conforme dispõem os artigos 196 e 197 da Constituição Federal.

“Art.: 196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

“Art.: 197 São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”.

2.2 – Considerando que não há no âmbito desta Secretaria de Saúde local apropriado e profissionais qualificados para execução do serviço de Eletroconvulsoterapia e de acordo com as demandas do referido serviço que surgem no decorrer do ano, há necessidade de contratação do referido serviço.

Quanto ao histórico da demanda do exercício anterior, segundo informações do setor responsável, foram marcados antedimentos, porém sem comparecimento do paciente. Por se tratar de demandas judiciais mesmo não havendo como constatar demandas anteriores e visto que a Ata 215/2023 já se encontra vencida desde a data de 17/05/2024, temos a necessidade de prosseguir com o processo.

03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A prefeitura, através da Secretaria Municipal de Saúde, não possui o serviço de Eletroconvulsoterapia.



Portanto, a solução encontrada para que possamos atender Demandas Judiciais, demais necessidades dessa Secretaria e para atender os pacientes que porventura possam ser contemplados por esse tratamento, foi de contratar empresa para prestação desse serviço através de registro de preço. Com isso, o município não seja penalizado por descumprimento e, conseguiremos que o paciente tenha a assistência e acompanhamento adequado à sua condição de saúde.

04 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 – Ao ser declarada vencedora, a Licitante deverá apresentar no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o encerramento do certame para análise e manifestação da Comissão Especial de avaliação, nomeada pela Portaria nº 41/2.023, os seguintes documentos:

4.2 – Cópia de Licença Sanitária Municipal ou Estadual expedida pela Vigilância Sanitária competente das instalações;

4.3 – Cópia do Alvará de Funcionamento das instalações onde o objeto será prestado;

4.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.4.1 – Declaração, sob as penas de Lei, de que possui sede própria ou filial em até 35 quilômetros de distância do município de Birigui – SP.

4.4.2 – Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional executou ou vem executando, satisfatoriamente, o fornecimento de serviços em condições de características semelhantes com o objeto dessa contratação.

4.4.3 – Declaração, sob as penas da Lei, de que dispõe de profissionais habilitados para execução dos serviços apresentando as devidas certificações de conclusão de curso, reconhecidos pelo MEC e devidamente inscritos no Conselho de Classe competente;

4.4.4 – Comprovante de vínculo profissional, nos termos da Súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dos técnicos que se responsabilizarão pelos serviços a serem prestados.

4.5 – Salientamos que os documentos acima arrolados são imprescindíveis para a contratação dos serviços descritos neste Termo, por se tratar de serviços na área da Saúde.

4.6 – A empresa deverá oferecer profissionais técnicos especializados na área à qual atuarão, apresentando as devidas certificações de conclusão de curso, devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Classe.

05 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. As solicitações dos serviços serão efetuadas parceladamente e sem quantidades mínimas, sendo realizadas conforme necessidade para atender os interesses da Administração.

5.2. A prestação de serviço deverá ser iniciada, a expensas da vencedora, no prazo máximo de 05



(cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço enviada pela Secretária Municipal de Saúde através de e-mail.

5.3. As licitantes vencedoras deverão observar com rigor a qualidade inquestionável de seus serviços, em todas suas características.

5.4. Caso haja necessidade de substituição dos profissionais responsáveis pela prestação dos serviços solicitados por motivos de não cumprimento da excelência dos serviços a serem contratados e não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita a aplicação das sanções penais previstas em edital.

5.5 – A CONTRATADA deverá executar o(s) serviço(s) contratado(s) no estabelecimento da licitante.

5.6 – Todas as despesas com a execução dos serviços (fornecimento de todos os materiais, equipamentos, aparelhos, e mão de obra necessária para a realização dos serviços), serão por conta da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.

5.7 – Quaisquer modificações ou providências necessárias à adequação dos serviços, a suprir falhas ou omissões, deverão ser solicitadas por escrito, à CONTRATANTE.

5.8 – Responsabilizar-se pelo controle qualitativo e quantitativo dos procedimentos realizados. Observar as normas de segurança relativas à segurança da operação.

5.9 – A licitante vencedora deverá substituir os equipamentos e aparelhos que vierem a apresentar defeito ou quebrar de imediato, sem que isto implique aumento de custo para a Contratante.

5.10 – Prestar esclarecimento que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

5.11 – A empresa deverá enviar mensalmente para a Diretoria de Atenção Básica e Especialidades, da Secretária de Saúde, relatório dos procedimentos realizados, discriminando as atividades desenvolvidas diariamente/ semanalmente, bem como a evolução do paciente, em papel timbrado devidamente assinado, inclusive com carimbo contendo nome do conselho e registro pelos responsáveis dos serviços prestados e a cada três meses relatório com evolução clínica do paciente.

5.12 – Todos os serviços executados deverão vir com a assinatura do responsável pelo paciente.

5.13 – Deverá encaminhar mensalmente à Secretaria de Saúde o relatório de atendimento dos serviços executados no início de cada mês para que seja fechado e conferido o faturamento do mês anterior.

5.14 – A futura detentora/contratada será responsável por acompanhar o endereço de correio eletrônico por ela indicado, não podendo alegar extravio da Ordem de Serviço recebida.

5.15. Caberá à Secretaria de Saúde atestarem o recebimento do serviço, não se eximindo a contratada de ser chamada para substituir, à sua custa, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifique irregularidade.



06 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1 – O contrato será fiscalizado através de análises de relatório dos procedimentos realizados, onde deverá ser descrito as atividades desenvolvidas diariamente/ semanalmente, bem como a evolução do paciente, em papel timbrado devidamente assinado, inclusive com carimbo contendo nome do conselho e registro pelos responsáveis dos serviços prestados e a cada três meses relatório com evolução clínica do paciente.

6.2 – O contrato terá como gestora a Secretário de Saúde Roque Haroldo Bomfim e como agente fiscalizador a Sra. Christi Andrea Pichitelli dos Santos – cargo: Diretora da Atenção Básica e Especialidades.

07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1 – O pagamento será efetuado após análise dos relatórios dos serviços prestados enviados pela contratada à Diretoria de Atenção Básica e Especialidades, que deverão constar os procedimentos realizados, as atividades desenvolvidas diariamente/ semanalmente, bem como a evolução do paciente, em papel timbrado devidamente assinado, inclusive com carimbo contendo nome do conselho e registro pelos responsáveis dos serviços prestados e a cada três meses relatório com evolução clínica do paciente.

7.2 – O pagamento à contratada será efetuado em até 30 (trinta) DDL, a contar do recebimento definitivo do objeto contratado, mediante apresentação dos documentos pertinentes e da Nota Fiscal que deverá ser eletrônica e atestada pelo setor competente da contratante.

7.3 – Pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada, uma vez satisfeita as condições estabelecidas pela contratante.

7.4 – Os materiais e/ou serviços, objeto do presente edital, serão entregues pelo preço constante no lance final da LICITANTE VENCEDORA, devidamente escrito em ata da sessão pública do referido processo licitatório.

7.5 – A Nota Fiscal que apresentar incorreção no seu preenchimento ou deixar de apresentar o que fora solicitado nos itens anteriores, será devolvida à contratada e seu pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias úteis após a data de sua última apresentação válida.

7.6 – O pagamento será de forma parcelada de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

08 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1 – Para julgamento e classificação das propostas, deverá ser adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e



parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

09 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1 – Em levantamento preliminar realizado por meio de consultas no site Paineis de Contratações Públicas do Governo Federal (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), o objeto licitado para estimativa de preço, de acordo com a requisição de registro de preço nº08/2025 e cotação nº 9414/2025, o valor médio total estimado para 12 meses é de aproximadamente R\$ 201.667,00 (duzentos e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais).

10 – DA VALIDADE DAS ATAS

10.1 – Consoante ao artigo nº 84 da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133, de 2021), passou a ser permitido que o prazo de vigência da ata de registro de preços seja superior a um ano, vejamos: “Artigo 84 – O prazo de vigência de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso”.

Portanto, a Ata de Registro de Preços poderá ter validade superior a 12 meses, desde que seja devidamente comprovada a conveniência de seu preço.

10.2 – A Ata de Registro de Preços poderá ter validade superior a 12 meses, como também o quantitativo original estipulado.

10.3 – É vedada a adesão à Ata de Registro de Preço por outros órgãos (Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal) visto que o município não conseguirá administrar atas de outros órgãos públicos.

11 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA :

As despesas serão pagas através da(s) ficha(s) de dotação:

GESTÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
SERVIÇO	RECURSO
463	01 - RECURSO PRÓPRIO
464	02- RECURSO ESTADUAL
465	05- RECURSO FEDERAL
MANDATO JUDICIAL- AP	
SERVIÇO	RECURSO
496	01 - RECURSO PRÓPRIO
497	02- RECURSO ESTADUAL
498	05- RECURSO FEDERAL



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
SERVIÇO	RECURSO
522	01- RECURSO PROPRIO
523	05- RECURSO FEDERAL
MANDADOS JUDICIAIS - MAC	
SERVIÇO	RECURSO
541	01- RECURSO PROPRIO
542	05- RECURSO FEDERAL

APÊNDICE: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.



APÊNDICE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(elaborado com base no artigo 6º, inciso XX, combinado com o § 1º e 2º, da lei 14.133/21)

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA PRIMEIRA ETAPA DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETROCONVULSOTERAPIA (ECT) DESTINADOS À ATENDER DEMANDAS JUDICIAIS E DEMAIS NECESSIDADES DESSA SECRETARIA DE SAÚDE, BASE DO TERMO DE REFERÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

1- JUSTIFICATIVA: Trata – se de uma técnica de neuromodulação que consiste em causar convulsões controladas para ajudar a restabelecer o fluxo de neurotransmissores. A eletroconvulsoterapia (ECT) envolve a estimulação elétrica do cérebro com a intenção de induzir convulsões. O tratamento é feito por meio de sessões nas quais são colocados eletrodos na cabeça do paciente de acordo com as necessidades de seu tratamento. A eletroconvulsoterapia (ECT) é um tratamento efetivo para certos subgrupos de indivíduos que sofrem de doenças mentais graves. Tais subgrupos consistem primariamente de pacientes com transtornos depressivos graves (recorrente ou grave), catatonia, Transtorno afetivo bipolar (episódio depressivo, maníaco ou misto) e, ocasionalmente, certos pacientes com esquizofrenia não-crônica (sintomatologia afetiva ou catatônica proeminente), Transtorno esquizoafetivo, Transtorno esquizofreniforme. O principal benefício da técnica da eletroconvulsoterapia (ECT) é que ela possui maior rapidez de respostas em relação à medicação. A resistência à medicação antidepressiva e o risco elevado de suicídio constituem as principais indicações da ECT.

Portanto, solicitamos registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de Eletroconvulsoterapia (ECT). Cabe ressaltar que as aberturas das sessões em 09/05/2024 (1º abertura) e 27/05/2024 (2º abertura) do Processo Licitatório através do Pregão 37/2024 restou DESERTO. Quanto ao histórico da demanda do exercício anterior, segundo informações do setor responsável, foram marcados atendimentos, porém sem comparecimento do paciente. Por se tratar de demandas judiciais, mesmo não havendo como constatar demandas anteriores e, visto que a Ata 215/2023 já se encontra vencida desde a data de 17/05/2024, temos a necessidade de prosseguir com o processo.

2- PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL: Consta no Plano Anual de Contratações ano 2025.

3- REQUISITOS ESPECIAIS DE CONTRATAÇÃO: A empresa deverá oferecer profissionais técnicos especializados na área à qual atuarão, apresentando as devidas certificações de conclusão de curso, devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Classe.

4- QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONSIDERAÇÃO DA ECONOMIA DE ESCALA:

A quantidade já adquirida anteriormente por esta Secretaria fora de 32 sessões (ata nº 66/2022) e, temos dois requerimentos administrativos que foram encaminhados para serem atendidos pelo SUS (V.V.S. 12 sessões, J.P.M.J. 16 sessões). Temos também um requerimento que a paciente estava passando por avaliação médica para que fosse definida o número de sessões (conforme relato do



familiar, seria de 16 sessões) e; outro paciente (D.M.H.M. 04 sessões) que está aguardando as sessões de manutenção. Temos outro paciente (L.D.T.) que solicita 44 sessões inicialmente, conforme a evolução do paciente, o médico que o assiste opta por aumentar o número de sessões e, após o paciente sair da fase aguda, ainda há as sessões para a manutenção do quadro. Depois do envio das documentações para a abertura de processo licitatório para registro de preço, foram protocolados três requerimentos administrativos citados acima de pacientes diferentes, solicitando sessões dessa terapia de eletroconvulsoterapia (ECT).

Esclarecemos que nesses casos , a providência inicial é realizar todo o trâmite necessário através da DRS II que encaminha para a DRS -I, para o agendamento e tratamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Porém, esses agendamentos não são rápidos, requerem preenchimento de protocolo específico e realização de exames obrigatórios e, com isso, acabam sendo judicializados. (Ex: temos paciente aguardando desde novembro/2022). Observação: também tivemos caso de paciente que desistiu do tratamento, lembrando que trata-se de pacientes com patologias psiquiátricas e de instabilidade emocional.

Portanto, no atual momento, a Secretaria de Saúde possui uma demanda média de 80 sessões e; conforme orientação do Departamento Jurídico via telefone no dia 08/03/2023, a estimativa de sessões deverá ser de 25% a quantia dos atendimentos já realizados, evitando-se assim compras através de dispensa de licitação, totalizando assim 100 sessões. Ressaltamos que a eletroconvulsoterapia (ECT) é um tratamento efetivo para certos subgrupos de indivíduos que sofrem de doenças mentais graves. Tais subgrupos consistem primariamente de pacientes com transtornos depressivos graves, catatonia, mania e, ocasionalmente, certos pacientes com esquizofrenia.

A quantidade solicitada para o novo processo está de acordo com a demanda atual dessa Secretaria, como também, para novas inclusões.

5- JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA: A prefeitura, através da Secretaria Municipal de Saúde, não possui o serviço de Eletroconvulsoterapia. Portanto, a solução encontrada para que possamos atender Demandas Judiciais, demais necessidades dessa Secretaria e para atender os pacientes que porventura possam ser contemplados por esse tratamento, foi de contratar empresa para prestação desse serviço através de registro de preço. Com isso, o município não seja penalizado por descumprimento e, conseguiremos que o paciente tenha a assistência e acompanhamento adequado à sua condição de saúde.

6- ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO: Em levantamento preliminar verificamos que o custo médio anual dos serviços de ELETROCONVULSOTERAPIA é de R\$201.667,00

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
100	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - ELETROCONVULSOTERAPIA	R\$2.016,67	R\$201.667,00

7- MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIAS OFERECIDAS: Quando os prazos e as condições das garantias dos bens não estiverem definidos nas descrições do objeto e/ou memorial descritivo, serão considerados aqueles definidos pela legislação (Código Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor), em vigor. Havendo os dois casos, deverá ser considerado o de maior prazo.



8- PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO ou NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

8.1 – O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora talvez não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

8.2 – Sugere-se, portanto, o parcelamento da solução, devendo a licitação ser realizada **por item** para a Requisição de Registro de Preço nº08/2025 propiciando ampla participação de licitantes.

9- RESULTADOS PRETENDIDOS: Maior rapidez de respostas em relação à medicação. A resistência à medicação antidepressiva e o risco elevado de suicídio constituem as principais indicações da ECT.

10- PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES PELA ADMINISTRAÇÃO:

Não se aplica.

11- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não se aplica.

12- DEMONSTRAÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E POSSÍVEIS MEDIDAS MITIGADORAS:

Não se aplica.

13- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM VISTA A SOLUÇÃO A QUE SE DESTINA: De todo o estudo realizado e considerando todas as possibilidades de caráter técnico e econômico, concluímos que a melhor solução é a contratação de serviços de Eletroconvulsoterapia (ECT) destinados à atender Demandas Judiciais e demais necessidades dessa Secretaria de Saúde, base do termo de referência da Secretaria Municipal de Saúde.